

Bloco regional, já formalizado, vai a Sarney

Uma comissão integrada por sete parlamentares levou, ontem pela manhã, ao conhecimento do presidente José Sarney, a formação de um grupo interregional e suprapartidário, composto de 292 constituintes, que se compromete a defender na elaboração do texto da futura Constituição, todos os dispositivos ligados diretamente às regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

A intenção do bloco, segundo os deputados Albérico Cordeiro (PFL-AL) e Fernando Cunha (PMDB-GO), é deixar que os temas constitucionais mais polêmicos sejam abstraídos das discussões que norteiam as diretrizes das bancadas das três regiões.

Entende, o bloco, que a tudo se sobrepõem as prioridades do desenvolvimento, com definição de uma política capaz de eliminar as disparidades regionais.

Integraram a comissão além de Cordeiro e Cunha, os deputados: José Luiz Maia (PDS-PI), Ismael Wanderley (PMDB-RN), Carlos Benevides (PMDB-CE), Aécio Borba (PDS-CE) e José Dutra (PMDB-AM).

GOVERNADORES

Os governadores do Nordeste, do Norte e do Centro-

Oeste estarão reunidos terça-feira, à tarde, em Brasília, com as bancadas das três regiões na Constituinte. O encontro foi convocado pelos próprios constituintes, que vão comunicar as conquistas já asseguradas para as três regiões e solicitar o respaldo político dos governadores para sua ação em defesa dessas áreas.

A informação foi prestada ontem pelo deputado federal José Luiz Maia (PDS-PI), que, pela manhã, foi recebido em audiência pelo presidente Sarney.

As bancadas dessas áreas reúnem na Constituinte 292 parlamentares. "Nós estamos unidos para lutar por dispositivos constitucionais que garantam o pleno desenvolvimento de nossas regiões", assegurou José Luiz Maia. Ele disse que o Norte, o Nordeste e o Centro-Oeste recebem apenas 15 por cento dos recursos federais e os seus representantes na Constituinte reclamam uma transferência de verbas correspondente à população.

— O Brasil não pode continuar discriminando as três regiões mais pobres que tem — protestou o parlamentar piaulense.

EUGÊNIO NOVAES



Frente Municipalista pediu a Cabral mais recursos do Fundo de Participação

Municípios levam emendas a Cabral

A Frente Municipalista Nacional entregou ontem ao relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral, um pacote de emendas por ela elaborado e subscrito por mais de uma dezena de constituintes. As emendas — 44 ao todo — já haviam sido encaminhadas ao relator no prazo regimental, mas o encontro de ontem serviu para ratificá-las. Basicamente, a Frente quer o redimensionamento das atribuições de competências municipais, a possibilidade do município intervir no domínio econômico e aplicação imediata da distribuição do Fundo de Participação dos Municípios. O projeto atual prevê 22 por

cento para os municípios. A frente quer 30 por cento.

Mas o relator, Bernardo Cabral, não fez promessas. Ele apenas se comprometeu a revisar o texto e, na medida do possível, acatar as reivindicações. "A ampliação do percentual é difícil. Não queremos tornar inviável a União, mas também precisamos encontrar uma fórmula que não inviabilize os municípios. É isso que vou tentar fazer", revelou. Para o deputado Vasco Alves, que liderou a entrega das emendas, as reivindicações precisam ser incluídas no novo texto constitucional. "A democracia se faz com a descentralização administrativa, que é a

luta da Frente Municipalista. Para que isso ocorra, é preciso que os municípios sejam dotados de autonomia política, financeira e administrativa. Não se pode falar em descentralização e em democracia sem tratar da questão do município", lembrou.

Vasco Alves disse que o atual projeto de Constituição foi "generoso" com os estados, "mas não com os municípios. É preciso mudar essa situação e acreditar que o relator tem sensibilidade política para tanto", afirmou. Também o coordenador Nacional da Frente Municipalista, Cláudio Giannini, saiu do encontro com o relator confiante.



Albérico Cordeiro estrutura bloco regional

Manobras na Câmara ajudam ex-prefeito

Da Sucursal

Goiânia — Somente no último dia do prazo legal, dia 14, segunda-feira, os membros da Comissão Especial de Inquérito da Câmara Municipal de Goiânia entregarão o relatório das investigações realizadas no período da administração do prefeito afastado, Daniel Antônio de Oliveira. Embora tenha sido anunciado que a cópia do relatório seria entregue, antecipadamente, ontem, para os vereadores para que eles tivessem maior tempo de estudar a matéria, isso não aconteceu.

O presidente da CEI vereador José Eduardo e os dois membros, João Silva Neto e George Hidase, utilizaram-se do expediente de desaparecer da cidade para evitar a entrega dos documentos. Na Secretaria Geral da Câmara que teve a responsabilidade de datilografar a documentação, a informação era de que havia dez cópias prontas para serem distribuídas aos interessados, mas que isso só seria

possível com autorização do presidente da CEI, José Eduardo.

SÓ UM DIA

A entrega do relatório da Comissão de Inquérito na segunda-feira tem como propósito, estabelecer, apenas um dia de prazo para os vereadores tomarem conhecimento do inteiro teor do resultado do inquérito. Na terça-feira a matéria terá que ser submetida a plenário para ser aprovada ou rejeitada.

Segundo explicou o presidente da Câmara, vereador Paulo Ribeiro, se o relatório for aprovado, na mesma sessão será criada a Comissão Processante que objetiva cassar o mandato do prefeito Daniel Antônio com base neste relatório e nas investigações procedidas pelo Conselho de Contas dos Municípios e Interventoria de Goiânia. A escolha dos três membros dessa comissão processante será por sorteio, participando todos os vereadores com exceção do presidente do Legislativo Municipal e do presidente da Comissão Especial de Inquérito.